

# Sustentabilidade de fachada custa caro ao Brasil



» GERALDO FERNANDES  
Coordenador do Centro de Conhecimento em Biodiversidade (UFMG)

» STEPHANNIE FERNANDES  
Pesquisadora no Florida International University

» DOMINGOS RODRIGUES  
Membro do Centro de Conhecimento em Biodiversidade (UFMT)

O mundo já sabe o que está em jogo: a perda acelerada da biodiversidade, o aumento das temperaturas globais e a instabilidade climática deixaram de ser projeções futuras, mas fatos mensuráveis, cotidianos e cumulativos. Ainda assim, insistimos em fingir que discursos verdes, relatórios de marketing e selos de fachada podem substituir ações reais. Não podem.

Não venceremos a crise climática nem a crise da biodiversidade enquanto empresas continuarem produzindo desinformação sobre seus impactos ambientais; enquanto parlamentares se omitirem; enquanto leis ambientais forem criadas para não serem cumpridas; e enquanto a fiscalização permanecer frágil, capturada ou inexistente. Os sinais de pontos de inflexão ambiental, aqueles a partir dos quais não há retorno a um clima funcional e a ecossistemas saudáveis, estão se acumulando. A pergunta

já não é se haverá responsabilização, mas quem será responsabilizado.

O discurso corporativo contemporâneo se apoia fortemente nos critérios ESG. Em tese, trata-se de um avanço. Na prática, porém, grande parte dessas iniciativas se resume a uma encenação bem produzida: promessas vagas, indicadores pouco transparentes e campanhas publicitárias que simulam compromisso ambiental sem alterar o núcleo das práticas produtivas. É o chamado greenwashing, quando a aparência verde serve para ocultar impactos reais.

Greenwashing não é um desvio ético menor, é uma forma sofisticada de desinformação ambiental. Ao exagerar benefícios, ocultar danos ou apresentar ações superficiais como soluções estruturais, empresas moldam percepções, neutralizam críticas e retardam decisões políticas urgentes. Em alguns casos, chega-se ao absurdo de classificar como “sustentáveis” práticas que degradam solos, comprometem recursos hídricos ou ameaçam a segurança alimentar.

Um dos terrenos mais sensíveis, e mais explorados por esse tipo de narrativa, é o da restauração ambiental. Restaurar não é sinônimo de plantar árvores. A restauração ecológica exige a recuperação das funções do ecossistema, da biodiversidade nativa, da conectividade entre habitats e dos processos naturais que sustentam a vida. Sem isso, há apenas maquiagem ambiental.

O uso de espécies exóticas ou o plantio de árvores em ambientes onde elas nunca existiram, como campos naturais, cerrados abertos ou áreas de caatinga, tem sido frequentemente contabilizado como restauração. Não é. Essas práticas podem gerar novos impactos, como alterações no regime hídrico, aumento

do risco de incêndios e perda de espécies nativas, ainda que sejam divulgadas como “soluções baseadas na natureza”, muitas vezes com aval institucional.

Quando empresas e governos anunciam áreas “restauradas” sem qualquer evidência científica de retorno da biodiversidade ou da funcionalidade ecológica, o passivo ambiental permanece, apenas muda de nome. Recursos públicos e privados deixam, assim, de ser investidos onde realmente fariam diferença — na ciência aplicada, no monitoramento de longo prazo, nos viveiros de espécies nativas e na participação das comunidades locais.

A popularização de selos ambientais deveria ser parte da solução, mas também se tornou parte do problema. Certificações frágeis e auditorias pouco transparentes transformaram a sustentabilidade em mercadoria e reforçaram a ilusão de progresso.

É nesse contexto que se torna urgente fortalecer mecanismos independentes de monitoramento e transparência. O Brasil, um dos países mais biodiversos do planeta, não pode continuar refém de narrativas publicitárias. Precisa de dados abertos, indicadores científicos confiáveis e fiscalização efetiva.

A escolha é política, econômica e moral. Plantar árvores não é, necessariamente, proteger ecossistemas. Chegou a hora de trocar slogans por ciência, marketing por responsabilidade e promessas por resultados. Caso contrário, quando o ponto de não retorno for ultrapassado, não faltará quem procure culpados, e eles terão nome, CNPJ e mandato.

**\*Texto desenvolvido com a colaboração de Fábio Roque (Centro de Conhecimento em Biodiversidade – UFMS)**

## PDOT efetivo exige regulamentação imediata, controle social e combate ao urbanismo miliciano



» LUDMILA CORREIA  
Arquiteta e urbanista, coordenadora da Comissão de Política Urbana e Ambiental do CAU DF e presidenta do Coletivo Panã Arquitetura Social

Nascida em Goiânia, minha formação como arquiteta e urbanista foi no Rio de Janeiro, onde pude conhecer de perto a realidade de muitas favelas e comunidades urbanas. Viver no Distrito Federal tem sido, inevitavelmente, um exercício de buscar diferenças e similaridades. A principal delas me preocupa profundamente, aqui e lá: a apropriação da política urbana por lógicas que não são públicas, mas, sim, de grupos de interesse.

No balanço do ano de 2025, o debate sobre o Plano Diretor (Pdot) foi um ponto-chave. Muitas foram as lutas que travamos ao longo dos últimos anos, enquanto sociedade civil, para garantir a participação social e a qualidade técnica do Pdot. Tivemos alguns ganhos e perdas. Do lado positivo, conquistamos a inserção de ferramentas como o Termo Territorial Coletivo, que protege comunidades vulneráveis da pressão imobiliária, e as Áreas de Conexão Sustentável, fundamentais para integrar demandas sociais de moradia e a proteção ao meio ambiente. No entanto, o saldo negativo acende um alerta: a definição de novas áreas urbanas sem estudos prévios de capacidade de suporte fragilizam o planejamento e abrem brechas perigosas para a especulação e novas ocupações irregulares.

O que vimos foi mais um processo permeado pelo que vem sendo chamado, pelos pesquisadores e ativistas da pauta urbana, de “urbanismo miliciano”: uma dinâmica em que a fronteira entre o legal e o ilegal é explorada por agentes públicos e privados para transformar territórios populares em ativos políticos e econômicos. A regularização fundiária, em vez de garantir justiça social, muitas vezes, é conduzida pelo clientelismo e pela ausência de critérios técnicos.

Vivemos contradições legais, como o conflito entre marcos temporais, e a imposição de parâmetros urbanos que ignoram a realidade das áreas consolidadas. A promessa de regularização continua chegando antes dos estudos técnicos e sociais que permitam analisar sua viabilidade, servindo mais para legitimar ocupações e mercados paralelos do que para sanar riscos.

A “politicagem” que toma o lugar do interesse público e social cria uma lógica extremamente danosa. Ela aprofunda as desigualdades ao monetarizar o cotidiano dos moradores e fragmentar vínculos comunitários. Sem estudos de impacto ou sociais sérios, as famílias mais pobres são empurradas para as áreas mais frágeis, enquanto a regularização funciona como instrumento de consolidação de poderes locais, e não de segurança de posse.

O ano de 2025 também expôs a ferida do conflito urbano-rural. Vimos o avanço desordenado da mancha urbana e o surgimento de “condomínios rurais” no Pdot por decisão política nos 45 segundos do segundo tempo, a partir do lobby de alguns grupos, sem base técnica que fundamentasse essa inclusão. Essas medidas, muitas vezes inseridas de última hora no processo legislativo, abrem margem para uma expansão sem controle, por um lado, criando expectativas irreais e por outro, trazendo promessas que dificilmente saíram do papel.

O que vivemos com o Pdot revela a fragilidade do nosso processo decisório. Decisões estruturantes são tomadas sem participação social real, em uma lógica autoritária que silencia a memória coletiva e prioriza interesses privatistas. Embora a participação tenha ocorrido — graças à pressão da sociedade civil ao longo dos últimos anos — muitas vezes, faltaram dados fundamentais para que a população pudesse decidir de forma informada.

A estratégia de delegar temas complexos para leis futuras, como aconteceu com diversos artigos do Pdot é um “cheque em branco” perigoso. É urgente construir o efetivo controle social das políticas públicas, incluindo a visão do território como um sistema único e que cumpra sua função social.

No centro de tudo, deve estar a dignidade humana. A população não pode continuar refém de estruturas de poder que usam a terra como moeda de troca. Quando o planejamento se rende a interesses particulares, a violência e a segregação ganham espaço e se instalam, muitas vezes de forma quase irreversível, como acontece em algumas comunidades do Rio de Janeiro e no Brasil afóra.

Que em 2026 tenhamos a coragem de corrigir a rota. Brasília não precisa de mais muros ou de novas fronteiras desenhadas em gabinetes fechados; precisa de costura urbana e de reparação. O território não deve ser visto como mercadoria, pois é o espaço onde a vida acontece. Defender um planejamento técnico e sensível não é burocracia, é um ato de amor à cidade que queremos ter e à sociedade que queremos ter. Que o futuro encontre um DF menos refém de interesses particulares, e mais comprometido com o bem comum, a justiça social e a dignidade para todas as pessoas, especialmente aquelas que cotidianamente constroem a cidade.



## Brasil à deriva: entre promessas e retrocessos



» NILSON LEITÃO  
Ex-deputado federal

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva retornou ao poder em 2022, prometendo “União e Reconstrução”. Três anos depois, é impossível ignorar a distância entre o discurso e a realidade. O país não está mais unido — e muito menos reconstruído. Pelo contrário: acumula divisões, retrocessos e uma sensação crescente de abandono institucional.

É verdade que reformas importantes foram aprovadas, como a Tributária do Consumo e a da Renda. Mas esse mérito não apaga o fato de que o governo apresentou outras 25 medidas para aumentar impostos, sempre embaladas pelo discurso de “justiça tributária” ou pela necessidade de cumprir uma meta fiscal criada pelo próprio governo. Enquanto isso, gastos “fora da meta” se multiplicam, num modelo de irresponsabilidade fiscal.

O resultado é cristalino: a dívida pública deve saltar para 83,8% do PIB durante este ano — 10 pontos percentuais a mais em apenas quatro anos. A carga

tributária também não para de subir. Entre 2023 e 2024, aumentou 2,3 pontos percentuais, alcançando 32,3% do PIB. E tende a crescer ainda mais com a desaceleração econômica que estava prevista para 2025. Um terço de tudo o que o país produz vira imposto — e o retorno para a população é cada vez mais pífio.

Alguém viu melhora na saúde, na educação ou na segurança pública? O que se vê é deterioração acelerada. Em 2024, o Brasil registrou sua pior posição na história do Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional: 107º lugar entre 180 países. E isso antes dos escândalos envolvendo descontos indevidos no INSS e dos episódios de conflitos de interesse envolvendo ministros da Suprema Corte. A percepção de corrupção melhorou em 2025? Difícil acreditar.

As estatais federais também refletem o descontrole. Até agosto, acumularam prejuízo de R\$ 8,9 bilhões — o dobro do ano anterior. E não por acaso: decisões judiciais recentes abriram espaço para nomeações políticas sem relação com o setor ou com a função, rasgando uma lei aprovada pelo Congresso. O resultado está aí, estampado nos balanços.

No cenário internacional, o Brasil despencou para a 60ª posição entre 64 países no Ranking Mundial de Competitividade (IMD). Na educação, o Brasil ficou entre os piores no ranking global de matemática, abaixo da meta mundial, à frente apenas do Marrocos. Já no Índice Global de Paz, outra decepção:

posição 130 de 163 países, classificando o Brasil como país de baixa segurança geral, estando à frente apenas da Venezuela e da Colômbia na América Latina. As quedas acompanham a perda de popularidade do presidente e a escalada de medidas populistas destinadas a manter apoio político, sem qualquer preocupação com quem pagará a conta.

A insatisfação dos brasileiros não é um mistério. Ela é consequência direta da instabilidade econômica, do aumento de impostos, da insegurança crescente e do custo de vida sufocante. Tudo aquilo que o governo diz combater, mas que, na prática, alimenta com suas próprias escolhas.

Está evidente que a esquerda não enfrentará os desafios que o país exige. Cabe aos atuais e novos congressistas assumirem essa responsabilidade com coragem, seriedade e propostas concretas — para garantir a segurança da população, combater a corrupção, melhorar a qualidade da educação e da cultura e oferecer um melhor atendimento em saúde pública.

É preciso restabelecer os freios e contrapesos que sustentam uma democracia verdadeira e devolver ao Estado sua função essencial: servir ao cidadão. Se queremos tirar o Brasil da sombra e da escuridão, é indispensável que os eleitos governem com equilíbrio, responsabilidade e segurança jurídica. Como disse Abraham Lincoln, “pelo povo e para o povo”. O país não pode continuar à deriva.